

R E V I S T A

EDIÇÃO 01 | AGO 2023

SINDSEMP



PRA QUEM ESSE JOGO É JUSTO?

No jogo da valorização, servidores são excluídos pela gestão do MPSE, que trava pauta de reivindicações e não avança nas negociações.

Defesa incansável da categoria: Diretoria Executiva completa 8 meses de trabalho.

PEC que garante voto dos servidores para PGJ avança na câmara.

CPJ aprova reforma administrativa. SINDSEMP defende concurso público.

PGJ arquiva, temporariamente, projeto de reforma do Auxílio-saúde. Mobilização do Sindicato enfraqueceu proposta de privilegiar apenas os membros.

PRA QUEM ESSE JOGO É JUSTO?

NO JOGO DA VALORIZAÇÃO, SERVIDORES SÃO EXCLUÍDOS PELA GESTÃO DO MPSE

Dia 20 de janeiro de 2023, a Diretoria Executiva do SINDSEMP, recém-empossada, sentava-se à mesa de reunião com o Procurador-Geral de Justiça (PGJ), Manoel Cabral Machado Neto, para apresentar o novo grupo que estaria à frente da representação dos Trabalhadores Efetivos do Ministério Público de Sergipe (MPSE) até 2024. Em mãos, já uma novidade: a Pauta de Reivindicações, construída coletivamente pela base que sugeriu e referendou, em assembleia, as prioridades de luta em defesa de melhorias das condições de trabalho e da carreira da categoria.

Agora, adiante 200 dias no tempo, até o fechamento dessa Revista, no início de agosto de 2023. O gestor da instituição jamais se sentaria novamente com a representação oficial de cerca de 420 servidores e servidoras que anseiam por efetivação das negociações até então feitas com a assessoria do PGJ, na pessoa do promotor Nilzir Soares. De lá pra cá, tem sido uma constante essa árdua busca por um diálogo efetivo com quem possui a palavra final para que os acordos pactuados com Nilzir sejam efetivados em definitivo.

O ritmo das negociações tem gerado incômodo na categoria: "Temos um gestor que abre as portas da instituição para receber representantes de vários setores da sociedade, mas que coloca obstáculos para receber os representantes da maior força de trabalho dentro da própria casa, que são os servidores. Nada justifica senão o desinteresse em prestigiar a grande mão de obra da casa", afirma Gleberton dos Santos, Técnico, lotado na 2ª promotoria de Justiça Distrital

Embora algumas negociações tenham avançado até o início de junho com a assessoria do PGJ, é importante ressaltar que diversas pautas cruciais ainda dependem diretamente da negociação direta e do aval do PGJ. "Já foram acertados pontos como expediente especial para servidores com doenças graves ou PCDs ou que tenham dependentes nessas condições, mudanças no sistema Redoma e transparência na política de relações. Isso já apalavrado pela administração, mas carece de efetivação", explica João Campagnaro, coordenador de Formação Sindical do SINDSEMP.

PAUTAS PECUNIÁRIAS

Apesar de o diálogo com Nilzir ter avanços, outras pautas, como implementação do auxílio-interiorização e a implementação do auxílio-educação infantil, além da reivindicação de 6% remanescências das últimas perdas salariais da categoria, dependem exclusivamente de aval do PGJ. E é justamente nas questões pecuniárias que o cenário se torna mais complexo. Desde que a postura do SINDSEMP tem se mostrado mais combativa na defesa dos interesses da categoria, a via de diálogo vem sendo fechada. A alegação é que a forma de comunicação do Sindicato prejudica a imagem do MPSE perante a opinião pública.



"Antes da imagem da instituição, é necessário avaliar o mérito das decisões que o PGJ vem tomando na condução das negociações. O PGJ fala em assumir uma postura cooperativa e não adversarial, mas não diz porque travou duas vezes a pauta dos servidores sem justo motivo", reflete João.

Enquanto isso, as pautas de interesse da Associação Sergipana do Ministério Público (ASMP), entidade representativa dos promotores e procuradores, são encaminhadas com outro ritmo, mais célere. Basta lembrar da enquete promovida pela associação, que já pautava a reforma administrativa com CCs indicados pelos promotores. Já houve também realização de concurso exclusivo para promotores e tentativa de reforma do auxílio-saúde, com aumento somente para os membros, sem falar no reajuste já assegurado em três parcelas anuais de 6% até 2025, totalizando 18% aos ganhos do alto escalão do funcionalismo no MPSE.

Além disso, foi pautado para o dia 10 de agosto, no CPJ, a proposta de orçamento da instituição para 2024, sem diálogo com o sindicato, mesmo havendo pautas pecuniárias dos servidores a serem negociadas

Apesar dessas contradições, o SINDSEMP segue à espera da retomada do diálogo. "O sindicato sempre esteve à disposição para negociar da forma transparente e democrática, mas sem abrir mão dos nossos princípios e da nossa autonomia na defesa dos interesses dos servidores", completa.

Após a única reunião realizada em janeiro (acima), as expectativas geradas para avanços nas negociações entre o SINDSEMP e o Procurador-Geral de Justiça (PGJ) seguem em aberto.

Desde então, apesar de progressos pontuais, nas negociações com a assessoria do PGJ, representada por Nilzir Soares, as decisões apalavradas e o avanço em outros pontos depende de reunião com o gestor, insatisfeito com a forma com que o sindicato vem se comunicando com a base.

Essa postura combativa do SINDSEMP vem em duas pautas bastante caras para a categoria. O projeto de mudança do auxílio-saúde que beneficia apenas os membros e desprestigia os servidores, está temporariamente arquivado devido à mobilização do Sindicato (leia mais na pág. 4).

Já a reforma administrativa, que cria 44 cargos em comissão na instituição, foi aprovado no Colégio de Procuradores de Justiça (CPJ) e vem ganhando repercussão na imprensa local devido à contradição de ser justamente o MPSE a instituição a cobrar concurso público em todo o estado.

Essa situação gera inquietação e ansiedade entre os servidores, que anseiam por melhorias nas suas condições de trabalho e reconhecimento pela dedicação diária ao MPSE. Caso nenhuma reunião seja agendada, em mais uma semana após o fechamento desta revista - mais precisamente em 8 de agosto -, terão sido completados 200 dias sem que o gestor da instituição tenha se reunido com o Sindicato.



ATIVIDADE SINDICAL

OITO MESES DE TRABALHO EM PROL DA CATEGORIA: GESTÃO DO SINDSEMP FAZ BALANÇO DA ATUAÇÃO

As ações do SINDSEMP entre a posse, em 12 de dezembro de 2022, e o fechamento desta edição da Revista do SINDSEMP foram pautadas pela defesa dos interesses coletivos da categoria

No dia do fechamento desse Informativo, a nova diretoria completa 239 dias à frente da gestão do SINDSEMP, representando a retomada do caminho de luta do Sindicato dos Trabalhadores Efetivos do MPSE. Desde então, diversas ações foram realizadas para fortalecer a luta por direitos e valorização da categoria. Entre as medidas tomadas estão negociações com a administração da instituição, campanhas de conscientização e mobilização da base. Neste período, o Sindicato buscou estreitar ainda mais a relação com seus representados, buscando ouvir e atender suas demandas de forma ágil e eficiente desde a construção da Pauta de Reivindicações, construída coletivamente. Confira um resumo dos principais acontecimentos dessas 20 semanas de gestão do SINDSEMP desde a posse em 12 de dezembro de 2022:

- solicitação de reunião com administração do MPSE no dia seguinte à posse;
- **disponibilização de formulário para que a base sugerisse pontos de pauta;**
- **construção coletiva da Pauta de Reivindicações;**
- criação do grupo Notícias SINDSEMP em substituição à lista de transmissão do Whatsapp;
- participação e convocação da base em atos públicos em defesa da democracia no Brasil;
- apuração das contas do sindicato;
- realização da 1ª assembleia presencial de 2023 após um mês desde a posse da Diretoria Executiva;
- contratação de agência de publicidade para formulação da Campanha 2023;
- conquista parcial de revisão sobre salários e auxílios, com índice de 6% e permanência na luta pela concessão de mais 6% de recomposição salarial;
- primeira reunião com PGJ no dia 20 de janeiro de 2023, quando foi apresentada Pauta de Reivindicações;
- **atuação em repúdio à enquete da ASMP sobre criação de cargos em comissão para assessor de promotor, inclusive oficiando administração com pedido de informações;**
- entrada no Coletivo de Comunicação da CUT;
- visita ao gabinete da deputada estadual Linda Brasil em apoio à pauta de reivindicações da categoria;
- **atividades do mês da mulher, com panfletagem, roda de conversa, café da manhã, sorteio de brindes e disponibilização de canal de denúncias de assédio moral e sexual no MPSE;**
- entrega da sala alugada pelo SINDSEMP, doação de itens em excesso, defasados ou sem valor de uso, possibilitando enxugamento de materiais e economia de recursos ao Sindicato;
- reiterados pedidos de reabertura do diálogo com administração do MPSE após repercussão da enquete da ASMP;
- **aumento da transparência, com disponibilização do status de cada item da Pauta de Reivindicação no site do Sindicato, além das atas das assembleias autenticadas em cartório e das demonstrativos financeiros atualizados mensalmente;**
- reportagem especial em referência ao Dia Mundial de Conscientização sobre o Autismo e reivindicação da pauta que trata sobre expediente especial para pais de autistas no MPSE;
- **panfletagens para mobilizar a categoria, com visitas aos setores e diálogo constante com a base, convocando para diversas atividades;**

- **café-da-manhã de lançamento da Campanha 2023 dos Trabalhadores Efetivos do MPSE, com entrega de kits contendo camisa, copo térmico, ecobag e bloco de anotações com lema "NOSSA VITÓRIA NÃO ACONTECE SEM VOCÊ - ESSE JOGO É COLETIVO;"**
- entrega de alimentos às famílias da Ocupação Beatriz Nascimento, em luta por moradia digna, a partir dos alimentos arrecadados no evento de lançamento da Campanha 2023;
- liberação de atribuições funcionais João Campagnaro, coordenador de Formação Sindical do SINDSEMP, para exercer mandado classista;
- Nota de Luto aos colegas do Ministério Público de São Paulo, destacando a importância de uma política de saúde mental e contra o assédio moral e sexual nos MPs;
- reuniões com administração do MPSE, através da assessoria do PGJ, dando encaminhamento às negociações e cobrando efetividade de pautas firmadas e apalavradas;
- **realização do V Arraiá do SINDSEMP;**
- novos convênios para filiados e filiadas: Top Clínica Médica e Reabilitação e Vitalmed Constat;
- assembleia extraordinária para debater estratégias dos novos desafios postos à categoria no segundo semestre: reforma administrativa e nova regulamentação do auxílio-saúde no MPSE;
- designação, em assembleia, de João Campagnaro para representar categoria no Congresso Estadual da CUT, a ser realizado entre os dias 4 e 5 de agosto;
- **publicação de 'Moção Pública em defesa de uma negociação transparente e efetiva por parte da administração do MPSE', conforme deliberado em assembleia, após PGJ fechar canal de diálogo e travar pautas pecuniárias em negociação;**
- publicação, nos canais de comunicação do SINDSEMP, de conteúdo educativo no Dia do Orgulho LGBTQIAPN+ incentivando o respeito à diversidade e lutando por um ambiente de trabalho inclusivo e livre de discriminação;
- publicação de Nota de Apoio à deputada estadual Linda Brasil, vítima de ameaças anônimas em claro gesto transfóbico e antidemocrático;
- nova reunião com agência de publicidade Ruma Criativo para elaboração de nova etapa da luta;
- reunião com Agência Mangue de Jornalismo, fortalecendo jornalismo independente em Sergipe;
- **reportagem expõe a contradição do MPSE, que cobra concursos públicos em diversos órgãos do poder executivo e legislativo na capital e no interior do estado, mas cria mais CCs e FGs na casa;**
- lançamento de Boletim Informativo mensal e **Jornal do SINDSEMP** com periodicidade trimestral;
- **luta contra reforma administrativa no MPSE, com pronunciamento no CPJ defendendo retirada de pauta do projeto para discussão aprofundada com toda a categoria.**



JOGO POLÍTICO

PEC QUE GARANTE VOTO DE SERVIDORES PARA PGJ TEM RELATÓRIO FAVORÁVEL NO CONGRESSO. SINDSEMP É A FAVOR, MAS ASMP É CONTRA

Na semana em que o relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 147/2015, Rubens Pereira Júnior (PT-MA), deu parecer favorável à participação de servidores efetivos na formação da lista triplíce para o cargo de Procurador-Geral de Justiça dos Ministérios Públicos Estaduais e o do Distrito Federal, a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP) firmou posicionamento contrário, com a chancela da Associação Sergipana do Ministério Público (ASMP).

A postura adotada pelos promotores e procuradores, ao proibir o voto dos servidores na escolha do Procurador-Geral de Justiça, é alvo de críticas por parte do SINDSEMP. Para a Diretoria Executiva, essa restrição vai de encontro aos princípios democráticos e à valorização da participação e representatividade de todas as categorias que compõem o Ministério Público - mais especificamente, nesse caso, dos servidores da casa.

"Em um momento que se fala muito em ampliar e fortalecer a democracia, é muito triste que a associação de membros do Ministério Público sergipano sustente uma postura antidemocrática. Qual o receio de que os servidores votem pra PGJ?", questiona Dennis Cristian, coordenador de Finanças do SINDSEMP.

O SINDSEMP, portanto, defende que a inclusão dos servidores na formação da lista triplíce para a escolha do Procurador-Geral de Justiça fortalecerá a democracia interna da instituição, proporcionando maior pluralidade de ideias e uma gestão mais representativa.

"Porque não conferir esse direito a uma categoria que representa a maior força de trabalho do órgão e que é atingida diretamente pelas decisões do PGJ? Nos proibir desse direito é nos relegar a uma condição de subcategoria, é querer nos invisibilizar dentro de um órgão que ajudamos a construir. Ao negar esse direito, os promotores e procuradores não apenas limitam a participação dos servidores, mas também ignoram a experiência e o conhecimento que eles têm sobre as necessidades e desafios enfrentados pela categoria. Afinal, são os servidores que vivenciam diariamente a realidade dos órgãos do Ministério Público e possuem visões valiosas sobre a atuação da instituição", defende.

O sindicato reforça seu compromisso em defender os interesses e direitos dos servidores do MPSE e continuará acompanhando de perto a evolução desse debate, buscando uma maior participação e voz para os servidores efetivos no processo de escolha do Procurador-Geral de Justiça.

CPJ APROVA REFORMA ADMINISTRATIVA CRIANDO CCS E FCS. SINDSEMP DEFENDE CONCURSO PÚBLICO

O Colégio de Procuradores de Justiça (CPJ) aprovou o texto da reforma administrativa proposta para o Ministério Público de Sergipe. O SINDSEMP fez um pronunciamento em defesa da suspensão da votação e da necessidade de um debate mais aprofundado com a categoria. Embora alguns membros do CPJ tenham defendido a importância do concurso público, apenas o procurador Luiz Alberto Araújo votou contra o projeto. Durante a sessão, João Campagnaro, coordenador de Formação Sindical do SINDSEMP, defendeu a realização de concurso público e ressaltou que o projeto representava a terceira reforma do quadro de pessoal desde a última nomeação para cargos efetivos. Sobrecarga de trabalho e o excesso de cumulações e designações entre os servidores devido à redução do quadro de pessoal e ao aumento da demanda.

USE O LEITOR DE QR CODE DO SEU CELULAR PARA TER ACESSO À REPORTAGEM COMPLETA



Desde a última nomeação de trabalhador efetivo no MPSE, em dezembro de 2017, apesar do aumento da demanda, o número de servidores caiu de 421 para 393. Não por acaso, só em 2022, o número de cumulações chegou a 355, uma média de aproximadamente 29 por mês - média que se repete em 2023. Além disso, desde 2018, foram nomeados 40 novos comissionados sem vínculo, passando de 97 para 137, conforme informações divulgadas no Portal da Transparência.

Ao final da sessão, a Diretoria Executiva reforçou junto ao PGJ a necessidade de obter resposta aos demais pleitos da categoria, como a revisão do auxílio-interiorização, a implementação do auxílio-educação infantil, a efetivação da política de relocações, as alterações do sistema Redoma e o expediente especial para servidores com deficiência ou dependentes. Também espera-se a continuidade das negociações dos 6% remanescentes do reajuste dos vencimentos, a regulamentação da indenização de férias e abonos para os servidores do MPSE. O PGJ se comprometeu a agendar uma reunião na próxima semana em resposta a essa solicitação do sindicato.

ADMINISTRAÇÃO DO MPSE ARQUIVA TEMPORARIAMENTE PROJETO DE REFORMA DO AUXÍLIO SAÚDE

O Procurador-Geral de Justiça (PGJ), Manoel Cabral Machado Neto, decidiu arquivar momentaneamente o projeto de reforma do auxílio-saúde no Ministério Público de Sergipe (MPSE). O informe foi dado ao SINDSEMP-SE no final de julho, por meio de ofício em resposta à solicitação de informações sobre a medida e de reunião presencial com o gestor da instituição.

Na avaliação do SINDSEMP, esse resultado é fruto da mobilização da categoria contra a reforma administrativa, porém, também sinaliza que a intenção da gestão do MPSE era de conceder ganhos apenas para os membros (promotores e procuradores) e não para os Servidores Efetivos.

A reforma do auxílio saúde, como originalmente proposta, foi considerada pela Diretoria Executiva do SINDSEMP como desumana e desproporcional, desprestigiando a categoria.

"De acordo com a análise da Diretoria Executiva, os cálculos para inclusão dos servidores na reforma do auxílio-saúde fizeram com que os gestores enxergassem inviabilidade financeira nessa medida. Portanto, a opção de privilegiar apenas os membros em detrimento dos servidores foi percebida como uma escolha política por parte da gestão", destaca João Campagnaro, coordenador de Formação Sindical do SINDSEMP.

Não há sinalização de que possa haver reunião com PGJ. A mobilização do SINDSEMP tem incomodado a administração. No entanto, a Diretoria Executiva ressalta que o papel do Sindicato é representar os interesses da categoria, especialmente diante de medidas desproporcionais que possam desprestigiar e desvalorizar os servidores.